tidade de mosto que deve ser beneficiado para a elaboração de vinho do Porto, a definição dos critérios de distribuição desse mosto generoso e a fixação do quantitativo e do regime de utilização das aguardentes vínicas na beneficiação dos mostos aptos à atribuição das denominações de origem Porto e Douro;

Considerando que a próxima vindima se aproxima, sendo imprescindível aprovar atempadamente a respectiva disciplina, além de ser imperiosa a revisão da regulamentação dos vinhos do Douro e do Porto nas matérias que carecem de urgente actualização, bem como aprovar e executar os planos anuais de promoção dos vinhos do Porto e do Douro, estando deles dependentes diversas acções em parceria com outras entidades nacionais e internacionais, com financiamento de programas comunitários e prazos apertados de execução;

Considerando que o conselho regional da Casa do Douro não procedeu à indicação dos representantes da produção no conselho interprofissional do IVDP, I. P., não obstante ter sido notificada para o fazer:

Assim, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/2007, de 27 de Fevereiro, reconheço que a falta de indicação de representante da produção, pelo conselho regional da Casa do Douro, constitui omissão do conselho interprofissional susceptível de prejudicar os interesses da RDD, pelo que autorizo o presidente do IVDP, I. P., a adoptar os actos necessários ao suprimento das mesmas.

18 de Junho de 2007. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 12 486/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, faz-se público que foram distribuídas e que se encontram afixadas, para consulta, as listas de antiguidade do pessoal do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e do quadro de pessoal especial transitório criado junto da mesma, relativas ao ano de 2006.

O prazo para reclamação é de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*, conforme estabelece o n.º 1 ao artigo 96.º do referido diploma legal.

30 de Março de 2007. — A Secretária-Geral, *Luísa Danguês Tomás*.

Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura

Despacho (extracto) n.º 14 996/2007

Por despacho do director-geral das Pescas e Aquicultura de 6 de Junho de 2007, foi Carlos José das Neves Gonçalves, técnico superior principal da carreira técnica superior do quadro de pessoal desta Direcção-Geral, nomeado definitivamente assessor da carreira técnica superior, nos termos dos n.ºs 2, 4 e 5 do artigo 29.º e dos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto. A nomeação produz efeitos a 1 de Março de 2007.

20 de Junho de 2007. — A Directora de Serviços de Administração, *Maria Fernanda Luz Guia*.

Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Rectificação n.º 1017/2007

Por ter havido lapso na publicação no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2007, a p. 14 448, despacho n.º 8500/2007, relativo à publicação das unidades orgânicas da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, n.ºs 3.2 e 3.3, procede-se à sua rectificação.

Assim, no n.º 3.2, onde se lê «Divisão de Avaliação de Projectos de Braga» deve ler-se «Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Braga», e, no n.º 3.3, onde se lê «Divisão de Avaliação de Projectos de Vila Real» deve ler-se «Divisão de Avaliação e Acompanhamento de Projectos de Vila Real».

18 de Junho de 2007. — O Director Regional, *Carlos Alberto Moreira Alves d'Oliveira Guerra*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 14 997/2007

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro, a licença para o exercício de actividades ruidosas de carácter temporário só pode ser concedida por período superior a 30 dias desde que sejam respeitados os limites fixados no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 8.º do referido diploma legal;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do referido artigo 8.º, o disposto no n.º 3 do mesmo preceito legal não se aplica às infra-estruturas de transportes;

Considerando que, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do mencionado Regulamento, poderá ser dispensada a exigência do cumprimento dos limites do ruído, referidos nos considerando anteriores, quando se trate de infra-estruturas de transportes cuja realização corresponda à satisfação de necessidades de reconhecido interesse público;

Considerando, ainda, que serão adoptadas as medidas minimizadoras de impacte ambiental devidas quer aos equipamentos, quer às actividades a desenvolver, nos termos definidos nos estudos ambientais oportunamente elaborados;

Considerando que a rede nacional de auto-estradas definida no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de Julho, vulgarmente designada por Plano Rodoviário Nacional, é formada pelos elementos da rede rodoviária nacional especificamente projectados e construídos para o tráfego motorizado;

Considerando, assim, que, tal como se refere no n.º 1 do artigo 1.º do Plano Rodoviário Nacional, a rede rodoviária nacional desempenha funções de interesse nacional ou internacional e que a sua realização corresponde à satisfação de necessidades de reconhecido e relevante interesse público;

Considerando que os lanços de auto-estrada referidos na base II anexa ao Decreto-Lei n.º 215-B/2004, de 16 de Setembro, correspondentes ao IC 1 — Marinha Grande (A 8)-Mira, se integram na rede nacional de auto-estradas, constante da lista IV anexa ao Plano Rodoviário Nacional, correspondendo, por isso, igualmente, a sua realização a necessidades de reconhecido interesse público;

Considerando que a A 17-IC 1 — auto-estrada Marinha Grande (A 8)-Mira se insere no âmbito da construção e beneficiação da rede nacional de auto-estradas e da rede rodoviária nacional constituindo, por isso, um importante factor de desenvolvimento da malha de transportes do País sendo, por conseguinte, a sua realização de manifesto interesse público, determino que a execução dos trabalhos de construção da obra geral, obras de arte e obras de arte especiais e dos trabalhos de fornecimento e instalação de protecções sonoras fique dispensada da exigência do cumprimento dos limites previstos no n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 259/2002, de 23 de Novembro, entre a presente data e Janeiro de 2008.

6 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Despacho n.º 14 998/2007

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, atenta a resolução do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., de 1 de Fevereiro de 2007, que aprovou as plantas parcelares e os mapas de expropriações das parcelas de terreno necessárias à execução da obra da SCUT Beiras Litoral e Alta — A 25/IP 5-Viseu/Mangualde — sublanço Ratoeira nascente/IP 2 — nó de Alvendro, tendo agora o seu início previsto no prazo de seis meses, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, n.º 16 229/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 26 de Julho de 2005, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, atendendo ao interesse público subjacente à célere e eficaz execução da obra projectada, a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra da SCUT Beiras Litoral e Alta — A 25/IP 5-Viseu/Mangualde — sublanço Ratoeira nas-